

**Caminhos para a Agroecologização de municípios:
Ações e políticas em Piracicaba, São Paulo**

***Paths to Agroecology of municipalities:
Actions and policies in Piracicaba, São Paulo***

Autoras: Gabriela Mariano Mendonça¹, Bianca Frota Torres²

Filiação¹: Gestora Ambiental. Mestre e doutoranda pelo programa de Ecologia Aplicada, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

E-mail: gabriela.m.mendonca@gmail.com

Filiação²: Gestora Ambiental. Mestre pelo programa de Ecologia Aplicada, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo

E-mail: bianca.torres@usp.br

**Grupo de Trabalho (GT): 11 Elaboração e análise de políticas agrícola
e públicas de desenvolvimento rural**

Resumo

Este artigo tem como objetivo sistematizar o desenvolvimento das políticas públicas e as ações da sociedade civil relacionadas ao fortalecimento da agroecologia no município de Piracicaba, SP. Através de pesquisa documental e entrevista semiestruturada com agentes da secretaria municipal e agricultores agroecológicos foi possível levantar as ações que ocorrem no município, com crescimento notório a partir de 2019. Devido ao recente desenvolvimento e aplicação, muitas das ações carecem de indicadores de desempenho que favoreçam as análises de conjuntura sobre a construção da agroecologia no município. Por outro lado, a diversificação das ações, envolvendo a comercialização, formação educativa e espaços de trocas de saberes, atuação da sociedade civil e consolidação de políticas públicas e projetos de apoio ao agricultor demonstram o fortalecimento da agroecologia de forma múltipla que possibilita a efetivação da agroecologia em diversos setores do município.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Agroecologia, Participação da Sociedade Civil, Desenvolvimento territorial, Articulação Local.

Abstract

This article aims to systematize the development of public policies and civil society actions related to strengthening agroecology in the municipality of Piracicaba, SP. Through documentary research and semi-structured interviews with municipal officials and agroecological farmers, it was possible to identify the actions taking place in the municipality, with significant growth since 2019. Due to the recent development and implementation, many of the actions lack performance indicators that would facilitate analysis of the conjuncture regarding agroecology construction in the municipality. On the other hand, the diversification of actions, involving commercialization, educational training, knowledge exchange spaces, civil society engagement, and the consolidation of public policies and farmer support projects, demonstrate the strengthening of agroecology in multiple ways, enabling its implementation in various sectors of the municipality.

Key words: Rural Development, Agroecology, Civil Society Participation, Territorial Development, Local Articulation.

1. Introdução

O Brasil tem obtido reconhecimento pelo avanço na construção de políticas públicas vinculadas à agroecologia. Parte deste êxito está relacionado a atuação dos movimentos sociais, sindicais e profissionais que favorecem espaços de discussão para fomentar as práticas agroecológicas, envolvendo uma ampla rede de atores (Niederle et al. 2019).

A agroecologia se fundamenta como um conjunto de conhecimentos e técnicas desenvolvidas pelas agricultoras e agricultores em seus processos de experimentação e se afirma na sociedade em três sentidos: 1) como uma teoria crítica que questiona a agricultura industrial, fornecendo as bases para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; 2) como uma prática social; e 3) como um movimento social que mobiliza atores da sociedade engajados em defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (ALTIERI, 2012, p. 7–8).

Norder e colaboradores (2016) abordam os estudos que buscaram aproximar a agroecologia e seus distintos espaços de debate, incluindo: Campo científico; Movimentos sociais a partir da organização da sociedade civil; Políticas governamentais relacionadas a políticas públicas e Educação. Esses autores nos permitem considerar a diversidade de expressões que envolvem a construção e prática da agroecologia para promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica para o desenvolvimento rural

Com maior foco na articulação entre a sociedade civil, a universidade e o Estado, em sua esfera municipal, nosso objetivo foi sistematizar o desenvolvimento das políticas públicas e as ações da sociedade civil relacionadas ao fortalecimento da agroecologia no município de Piracicaba, São Paulo em prol do desenvolvimento rural regional.

A metodologia deste artigo contou com abordagem qualitativa (MINAYO, 2012), a revisão de bibliografia através do levantamento na Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT) e no site oficial da prefeitura, por artigos, teses e dissertações que envolvam o debate agroecológico no município de Piracicaba. O recorte temporal ocorreu entre janeiro de 2021 e janeiro de 2024, acompanhando o desenvolvimento da pesquisa da autora. Além de entrevista semiestruturada (BONI e QUARESMA, 2005), realizada remotamente em 2021 com a secretária da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do município de Piracicaba (SEMA) e com os agricultores foi realizada a observação participante e história oral (THOMPSON, 2009). E no formato presencial, em outubro de 2022 na feira municipal e no evento sobre agroecologia desenvolvido de forma colaborativa no município.

Os dados apresentados neste trabalho fazem parte da tese da autora, que contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), para seu desenvolvimento.

2. Contextualização

O município paulista de Piracicaba com área territorial de 1.378,069 km², sendo o 13º município do Estado em extensão territorial conforme censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Segundo o Atlas de Piracicaba, no início do século XIX, a região passou a se construir com base na agroindústria açucareira. O documento apresenta o Levantamento das Unidades de Produção Agrícola (LUPA), de 1999, com dados referentes a 2.394 Unidades de Produção Agropecuária (UPA), das quais 2.365 propriedades são rurais, 1.517 têm plantio de cana-de-açúcar e 1.411 têm áreas ocupadas com pastagens. A fruticultura e a olericultura ocupam 145 e 86 áreas, respectivamente (BARRETO; SPAROVEK; GIANNTTI, 2006, p. 36). Embora não sejam focadas na produção orgânica e agroecológica, essas informações demonstram o predomínio da monocultura canavieira na região.

Oliveira, Gandara e Khatounian (2021) desenvolveram um estudo de tipificação das hortas urbanas comerciais no município e os entraves para a conversão ao manejo orgânico. Neste estudo, foram entrevistados 28 agricultores que gerenciavam hortas urbanas, em 55 terrenos privados não edificadas, no perímetro urbano do município, entre os anos de 2014 e 2015.

Nos resultados apresentados pelos autores foi possível constatar que “existe a possibilidade para todos os grupos de agricultores de iniciar um processo de transição para modelos mais ecológicos de agricultura, entretanto, devido ao fato de a comercialização não se constituir um entrave, além do baixo potencial para aquisição de selos e certificações orgânicas, eles têm poucos estímulos para esse processo” (2021, p. 190). Principalmente para os produtores considerados “artesanais” e os “empreendedores familiares” cujo 55,5% realizam uso de herbicidas, fungicidas ou inseticidas. Esse estudo demonstra a possibilidade de transição para modelos orgânicos e agroecológicos no município por parte dos agricultores.

3. Desenvolvimento das políticas agroecológicas

Para compreender o desenvolvimento da agroecologia em Piracicaba primeiramente apresentaremos as políticas públicas relacionadas à agroecologia nos âmbitos nacional, estadual e municipal, apresentados em ordem cronológica.

3.1 Políticas públicas federais

Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003: A legislação que dispõe sobre a agricultura orgânica, cujas finalidades de um sistema de produção orgânico incluem: a oferta de produtos saudáveis; a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição dos ecossistemas modificados; a atividade biológica do solo; promover uso saudável do solo, da água e do ar; manter a fertilidade do solo a longo prazo; a reciclagem de resíduos orgânicos; basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente; integração entre segmentos da cadeia produtiva e a regionalização da produção e comércio; manter a integridade orgânica (BRASIL, 2003).

Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012: A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), tem com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

3.2. Políticas públicas estaduais

Lei nº 16.684 de março de 2018: Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de São Paulo (PEAPO), com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica, através de diretrizes que dialogam sobre a soberania e segurança alimentar e nutricional; conservação dos ecossistemas; políticas de estímulos a transição agroecológica e a produção orgânica; estruturação de circuitos de produção, distribuição, comercialização e consumo; valorização da agrobiodiversidade; fortalecimento da perspectiva agroecológica nas instituições de ensino; estímulo ao consumo responsável; apoio ao desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana; prioridade de ações para a agricultura familiar, urbana e periurbana, produz em assentamentos rurais, pertence aos povos e comunidades tradicionais; e democratização do acesso à terra (SÃO PAULO (ESTADO), 2018).

Protocolo de Transição Agroecológica: Construído como orientação para apoiar o processo gradual de mudanças do sistema produtivo convencional para um agroecossistema,

promovendo ações conjuntas para a transição agroecológica e estímulo à produção orgânica, nas propriedades rurais, urbanas e periurbanas, no estado de São Paulo, contribuindo para o uso sustentável dos recursos naturais e para a oferta e consumo de alimentos saudáveis. O termo de adesão é voluntário e as diretrizes técnicas sugerem: a adoção de práticas de conservação do solo; aumento da proporção de matéria orgânica no solo; diversificação do uso do solo; utilização adequada de fertilizantes; promover o uso racional da água; realizar manejo de pragas de forma integrada; promover a adequação ambiental da propriedade; destinar corretamente os dejetos humanos e águas cinzas; e destinar corretamente os resíduos sólidos (SÃO PAULO, 2022).

3.3 Políticas públicas municipais

Lei nº 8.963 de junho de 2018: Apresenta as atividades realizadas nos varejões públicos do município, com os objetivos garantir à população o acesso aos alimentos básicos, com qualidade, preços justos e em quantidade adequada, a formação e regulação de preços e o escoamento da produção local através dos equipamentos de comercialização, composto pelos Varejões, Feiras Livres, Mercado Municipal e Unidade Volante de Abastecimento (UVA) (PIRACICABA, 2018). O Decreto nº 18.014 de setembro de 2019, regulamenta a Lei e reconhece o comércio de produtos orgânicos e agroecológicos como um dos ramos de atividade. Agricultores familiares e/ou agricultores de base orgânica ou agroecológica, com propriedade localizada no município tem prioridade na solicitação de permissão para atuar nos varejões (PIRACICABA, 2019a, p. 3).

Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba: Documento obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes, previsto pelo Estatuto da Cidade, com revisões a cada dez anos. No caso de Piracicaba, na Lei Complementar nº 405, de dezembro de 2019, a agroecologia é mencionada nas determinações para a criação da Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, Segurança Alimentar e Nutricional (capítulo V) (PIRACICABA, 2019b), com o objetivo de: estimular e promover de ações de fortalecimento da agricultura familiar, produção agroecológica, soberania e segurança alimentar e nutricional no município, fomentar a produção urbana e periurbana de alimentos por meio de práticas orgânicas e agroecológicas e a garantia de comercialização, principalmente, em circuitos curtos “[...] buscando a auto suficiência na produção do que é consumido no Município” (2019, p. 8 - 9).

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável: Referente ao período de 2019 até 2022, organizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER, 2019). O documento apresenta entre suas diretrizes o “reconhecimento da Agroecologia como caminho produtivo sustentável”. Entre os 7 principais desafios da zona rural de Piracicaba, constam o Fortalecimento da agricultura familiar, agricultura orgânica ou agroecológica e segurança alimentar do município. São apresentados 5 produtores orgânicos com DAP, e cerca de outros 5 produtores orgânicos sem DAP e uma Organização de Controle Social (OCS) que abriga parte desses produtores. Além da presença de hortas urbanas do município que, conforme a SEMA, são em torno de 55 unidades, localizados em lotes urbanos, geralmente atuam de forma informal com venda direta ao consumidor (2019, p. 25).

O documento destaca entre os fatores limitantes para o desenvolvimento rural sustentável, a falta de conhecimento técnico, tanto dos produtores como dos consumidores, a falta de políticas públicas eficientes para o setor, alta exigência formal (DAP e CNPJ) para acesso a políticas públicas, entre outros (2019, p. 26). As ações propostas pelo COMDER são:

1. Elaborar lei municipal que direcione parte dos recursos públicos municipais da alimentação escolar, para a aquisição de produtos produzidos no município e região, privilegiando agricultores locais, sem depender exclusivamente da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf);

2. Fortalecer as estruturas de assistência técnica voltada a produtores familiares, através da integração entre as entidades já existentes (CATI, ESALQ, CENA, APTA);
3. Promover campanhas para que o Piracicabano de preferência para produtos produzidos localmente e sobre a importância de valorizar a produção e consumo local;
4. Criar um plano de ação coletivo para impulsionar a produção orgânica e agroecológica local, além de apoiar incentivos públicos como o “protocolo de transição agroecológica” ofertado pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Estado de São Paulo;
5. Promover, apoiar, incentivar e viabilizar cursos de capacitação técnica gratuitos para produtores tradicionais e novos, incluindo as iniciativas de hortas urbanas comunitárias e particulares;
6. Estabelecer no calendário Municipal a “Semana Agroecológica”;
7. Promover, fomentar, discutir e instituir uma Feira de Produtos Agroecológicos;
8. Criar um espaço para realização de Feira Agroecológica (COMDER, 2019, p. 27–28).

Plano Plurianual do município de Piracicaba: Busca estimular e promover ações de fortalecimento da agricultura familiar, produção agroecológica, soberania e segurança alimentar e nutricional alinhado à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA), como apresentado pela Lei nº 9.571 de junho de 2019. Segundo o Plano (2019c), a SEMA deve desenvolver ou fortalecer os seguintes programas e ações:

- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Piracicaba) com incentivo econômico por ações relacionadas à manutenção e conservação de Área de Preservação Permanente (APP) e matas nativas, adoção de práticas conservacionistas de solo e saneamento ambiental da propriedade rural aos produtores rurais inseridos nas Microbacias com potencial hídrico para o abastecimento público;
- Patrulha Agrícola para fomentar a produção local de alimentos, disponibilizando máquinas, implementos agrícolas e assistência técnica aos produtores rurais, bem como aos produtores inseridos nas áreas urbana e periurbana do município;
- Perenização de Estradas Vicinais mantendo a trafegabilidade das estradas, garantindo o escoamento da produção agropecuária, transporte de escolares e população;
- Abastecimento Alimentar promovendo a produção e o escoamento de alimentos e de produtos artesanais locais, garantindo à população o acesso aos alimentos básicos;
- O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) tem como objetivos garantir a saúde pública e a regularização das agroindústrias para a comercialização dentro do município, através da concessão do registro e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal;
- Criação e estruturação de um selo de qualidade para os produtos artesanais do município;
- Programa de Agricultura Urbana e Periurbana para fomentar as atividades de produção agrícola, através de hortas urbanas ou hortas coletivas;
- Cozinha Experimental para o desenvolvimento de capacitações, cursos e produtos processados de agricultores locais e permissionários dos equipamentos de abastecimento alimentar do município;
- Programa Municipal de Aquisição de Alimentos desenvolvido para a compra de produtos locais da Agricultura Familiar e distribuição para entidades sociais e população inscrita em Programas Sociais Federais (2019c, p. 19 – 20).

Lei nº 9.682 de dezembro de 2021: Através desta Lei fica instituída a política pública de fomento às atividades de produção agropecuária, de agricultura familiar, orgânica e agroecológica e de segurança alimentar no município (PIRACICABA, 2021a). Sendo o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável o instrumento central da implementação desta política pública. O programa municipal de agricultura urbana contempla a produção e o

processamento de plantas alimentícias, medicinais e/ou ornamentais, a criação ou produção de animais dentro da área urbana e nos núcleos urbanos isolados. Dentre os objetivos destacamos: garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, incentivar a geração de renda, incentivar a produção para o autoconsumo e venda direta do produtor, promover e incentivar a agroecologia e a produção orgânica.

Lei nº 9.769 de agosto de 2022: Responsável por instituir o Selo Local de Alimentos de Piracicaba (SELAPIR) com o objetivo: de valorizar e identificar a produção local, promover o consumo de produtos locais, fomentar a produção local, estimular circuitos curtos de comercialização e consumo, e fomentar a economia local. O Selo agrega produtos in natura, processados de origem vegetal e produtos de origem animal (PIRACICABA, 2022a).

Importante destacar que esta Lei surgiu da demanda de produtores que possuíam o selo SIM, em parceria com a SEMA e a ESALQ foi construído um projeto de pesquisa intitulado “Conectando agricultores urbanos e consumidores para o desenvolvimento sustentável em Piracicaba” realizado em 2021, o âmbito do Desafio USP/Cidades Sustentáveis com a metodologia de mapeamento de legislações e iniciativas voltadas à valorização de produtos locais e realizaram entrevistas com produtores e comerciantes locais nos pontos de vendas e varejões com o objetivo de identificar necessidades, demandas e percepções sobre a construção de um selo de identificação de produtos locais.

A proposta do projeto surgiu de forma multisetorial, durante as reuniões do grupo de trabalho montado pela Sema para colaboração na criação do selo de produtos locais, iniciado em junho de 2021, com representantes do Sesc, Etec, Fatec, Esalq, Fatep e de produtores locais de Piracicaba.

Esse modelo de indicação da geográfica pode, como apresentado por Santilli, podendo, segundo a autora, agregar um valor ambiental e cultural aos produtos provenientes da agrobiodiversidade e atuar como instrumentos capazes de “[...] promover o desenvolvimento local sustentável, proteger o patrimônio cultural, paisagístico e culinário associado a determinadas regiões, promover o acesso ao mercado, em melhores condições, dos produtos regionais e típicos, assegurar a qualidade e a identidade desses produtos, promover o vínculo entre produtores e consumidores etc.” (SANTILLI, 2009, p. 420).

Lei nº 9.826 de outubro de 2022: Institui Programa Municipal de Aquisição da Agricultura Familiar, com o objetivo de: fomentar o escoamento dos produtos da agricultura familiar, estimular a produção e a organização local, favorecer a aquisição dos produtos nas compras realizadas pelos órgãos públicos municipais, fortalecer os circuitos locais e regionais, promover e fortalecer práticas de segurança alimentar e nutricional local e garantir o acesso a alimentos adequados e saudáveis, e estimular a agricultura orgânica e agroecológica no município (PIRACICABA, 2022b).

Neste sentido os órgãos da Administração Municipal deverão empregar, no mínimo, 30% dos recursos municipais destinados à aquisição de gêneros alimentícios, in natura ou processados, na compra direta, mediante chamada pública, de produtos da agricultura familiar, sejam eles convencionais, orgânicos, agroecológicos ou os certificados pela transição agroecológica.

Lei nº 9.945 de junho de 2023: Institui Programa Cozinha Experimental, com a finalidade de “promover a qualificação profissional através de cursos, oficinas, workshops e formatos afins, com foco no desenvolvimento de produtos e de técnicas culinárias que proporcionem acesso ao mercado e geração de renda e trabalho”, através da articulação entre as Secretarias e Autarquias Municipais e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). O projeto do município inclui entre seus objetivos “priorizar o uso de alimentos frescos, saudáveis e orgânicos nas preparações” e “fortalecer a gastronomia no município enquanto instrumento de promoção de segurança alimentar e nutricional, da cultura,

de geração de renda e do desenvolvimento local” (PIRACICABA, 2023).

As políticas apresentadas neste tópico permitem observar o desenvolvimento histórico das legislações nacional, estadual e municipais. Representando um avanço no que se refere a essas temáticas em nível municipal e um cenário sociopolítico interessante para a pesquisa, justamente pela observação do histórico monocultor do município em paralelo com os avanços no apoio a agroecologia, a produção orgânica, agricultura familiar e a produção local.

4. Articulação intersetorial municipal

Neste tópico sistematizamos o levantamento da articulação do município em torno da agroecologia, com foco as ações, programas e projetos vigentes em Piracicaba.

4.1 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do município de Piracicaba

Durante a entrevista semiestruturada realizada em junho de 2021, junto à secretaria da SEMA, o primeiro elemento em nosso diálogo diz respeito às propostas de desenvolvimento dos Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Plano Diretor, como meta de articulação da agenda do município.

Assim a secretaria atua através da organização de cursos e ações que buscam articular o desenvolvimento rural do município, envolvendo:

Doação de mudas: Programa municipal realizado em parceria com a Secretaria de Defesa de Meio Ambiente (SEDEMA), voltado população e produtores rurais, atua na conscientização sobre a arborização urbana e do reflorestamento de matas ciliares, recomposição de Áreas de Preservação Permanentes (APP) e Reserva Legal na zona rural.

Patrulha Agrícola: Programa municipal que visa a locação de máquinas e implementos agrícolas para o atendimento de pequenos agricultores rurais do município, disponibilizando trator e implementos agrícolas como arado, enxada rotativa, grade aradora, grade niveladora.

Agricultura Urbana: O programa tem como objetivo acompanhar a produção periurbana do município, através de vistorias realizadas às hortas localizadas dentro do perímetro urbano. Como forma de incentivo, em acordo com a Lei Complementar 241 (2009), o IPTU e a Taxa de Limpeza Urbana poderão ser reduzidos em 50% para áreas com cultivo de no mínimo 2/3 de sua área total aproveitável para o cultivo de hortas.

Horta urbana: Projeto de horta junto a Escola Estadual Dionetti Callegaro Miori e construção do Horto de medicinais no Centro de Referência em Atenção Básica (CRAB). O horto teve início em 2017 através de parceria desenvolvida entre a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo (ESALQ - USP); da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), a comunidade local e o Conselho Municipal da Saúde que formaram uma rede de apoiadores e colaboradores do projeto.

Conecta Rural: Evento desenvolvido pela SEMA, que ocorre com a proposta de construir um canal de interlocução e conhecimento aos agricultores de Piracicaba, produtores locais, empresas de agronegócio, instituições públicas e de ensino, cooperativas de agricultores e de crédito, profissionais de alimentação e segurança alimentar, entre outros. O objetivo dos eventos é disseminar conhecimentos e iniciativas em prol do desenvolvimento da produção rural sustentável de Piracicaba, que envolvem os programas e ações já realizadas pela secretaria, em prol da agricultura do município, como o Patrulha Agrícola, PSA, Programa Municipal de Agricultura Urbana, perenização de estradas e pontes rurais, Selapir, compras públicas da agricultura familiar, entre outros (PIRACICABA, 2021b)

Feira: A secretária articula as cinco feiras convencionais e orgânicas e vinte e cinco varejões no município. Importante mencionar que até o ano de 2020, três feiras eram focadas na comercialização de orgânicos, através da Feira de Agricultura Orgânica de Piracicaba

(FAOP), iniciada em 1999. Como a Pandemia da Covid-19 e a reorganização das formas de comercialização, os agricultores orgânicos foram realocados para junto à feira convencional do “Cantinho do Orgânico”, uma área na feira com espaço para acolher os alimentos orgânicos.

Em diálogo com a representante da SEMA, esta menciona que busca um “resgate e reconexão com a cidade” (Entrevista realizada junto a SEMA, junho de 2021). A conversa se direciona as dificuldades encontradas pela SEMA incluem poucos dados para diagnóstico, pouca diversidade produtiva, embora se observe o aumento de propriedades destinadas a olericultura.

Se por um lado essa informação demonstra o impacto da pandemia para os agricultores orgânicos, por outro fornece uma oportunidade para o diálogo com os consumidores de alimentos convencionais. Em uma de nossas entrevistas, uma agricultora relata: “Os consumidores vêm aqui primeiro, depois comparam com a ‘cara’ da alface com os convencionais e geralmente voltam para levar do nosso porque está mais ‘bonito’. Assim a gente vai ganhando clientes e eles ficam pelo sabor” (Entrevista realizada na feira municipal, outubro de 2022).

Essa relação de proximidade, fomentada pelos circuitos curtos de comercialização (Darolt, 2013), favorece os espaços de diálogo. Neste caso, como uma forma de apresentar a agricultura agroecológica no mesmo espaço que comercialização que aquela convencional.

Feira Vegana e Agroecológica: Iniciada em dezembro de 2021, busca atender a demanda crescente de um público que escolhe viver de forma mais consciente e sustentável. A Feira conta com cerca de 20 produtores de alimentos veganos e artesanais com produtos como doces, bolos, pizzas, salgados, tortas, queijos, entre outros, além de hortifruti agroecológico, orgânico e artesanato, cujas ações iremos retomar adiante. As reportagens orientam para que o público leve as próprias canecas e sacolas. A Feira é organizada de forma autônoma pelos expositores e envolve o trabalho de aproximadamente 40 pessoas, contando com o apoio da Sema, que cede o espaço do Varejão da Paulista, as ações são previstas no Plano Municipal de Educação Ambiental de Piracicaba como uma de suas metas, instituída em 2020.

Cozinha experimental: Alinhada a Lei 9.945 de 2023, a Cozinha estará relacionada às ações propostas nos seguintes programas municipais já instituídos e em execução: Programa Municipal de Aquisição da Agricultura Familiar; Programa do Selo Local de Alimentos de Piracicaba; Abastecimento Alimentar/ Varejões Municipais e Serviço de Inspeção Municipal, como anteriormente apresentadas. Ademais, a Cozinha está situada na sede da SEMA o que ainda fornece uma possibilidade para a articulação e proximidade entre a sociedade e a secretaria. Essa política municipal dialoga com o Decreto do Estado de São Paulo, “Cozinhamento”, que objetiva “a instalação de cozinhas piloto experimentais, visando a incrementar a capacitação de agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável, gerenciadas pelo Governo do Estado” (2006).

Embora não haja um mapeamento recente das articulações agroecológicas as ações ocorrem por contatos de pessoas próximas à prefeitura e a outros agricultores, no momento da entrevista, nossa interlocutora destaca a presença de agricultores orgânicos, agroecológicos e aqueles produtores de alimentos artesanais quem atuavam em parceria com a SEMA.

4.2 Ações da sociedade civil

Neste tópico iremos descrever e analisar a participação e iniciativas da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, movimentos sociais, cooperativas agrícolas e grupos de produtores, que promovem práticas agroecológicas em Piracicaba.

Historicamente é importante destacar a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002 e a criação da Associação Brasileira da Agroecologia (ABA) em 2004, organizações protagonistas do debate agroecológico em nível nacional. Essas articulações da sociedade civil

e universidades abrem a possibilidade de articulações em nível local.

Semana Agroecológica de Piracicaba

Neste âmbito apresentamos a atuação da SAPO, originalmente construído a partir dos agricultores e consumidores da OCS Agroecológica Piracicaba, historicamente está OCS atua promovendo eventos e cursos de capacitação gratuitos à comunidade, tais como Curso de Olericultura Orgânica, Produção em Ambiente Protegido e Tomate Orgânico em parceria com o SENAR. A organização do I Seminário Agroecológico da Produção Orgânica (SAPO) realizado em 2018, teve como principal objetivo trazer assuntos inerentes à agroecologia, promovendo o debate junto à população piracicabana, evento que ocorre anualmente e é organizado de forma participativa entre os agricultores, instituições de ensino e outros grupos organizados.

Desde então anualmente o evento vem reunindo a comunidade para dialogar sobre temáticas relevantes ao desenvolvimento agroecológico do município. Agora iremos focalizar os debates relacionados ao ano de 2022 que suscitaram na construção de uma política pública no município. Em 2022, a SAPO, ocupou 7 espaços no município com uma organização descentralizada, o que demonstra a construção coletiva do evento tendo como centro das ações a “Casa do Hip Hop”, Associação Comunitária, Cultural, Educacional e Política visando troca de saberes e cultura. O espaço conta com uma horta coletiva e atua como ponto de arrecadação e distribuição de doações de alimentos na cidade.

No evento foram apresentadas as políticas, sob realização da SEMA na gestão 2020 - 2024:

1. Compras públicas, com a verba pública pode ser destinada para agricultura familiar, com dispensa de licitação por chamada pública. Agrega os produtores com protocolo de transição agroecológica e 30% da verba deve adquirir produtos da agricultura familiar (ao menos);
2. Programa de agricultura urbana, ocupação do espaço urbano, com fornecimento de kit horta e ferramentas;
3. Selo, como apresentamos anteriormente, que articula o reconhecimento dos produtos in natura, processados e de origem animal (como queijo, ovo, leite, linguiça), possibilidade para destacar os estabelecimentos que utilizam esses produtos demanda CNPJ e licença de cadastro pretende capacitar os produtores para auxiliar na adequação ao selo

Outro espaço de debate dialogou sobre a gestão de resíduos de arborização urbana, mediada pela professora da ESALQ Adriana Nolasco, neste espaço foi debatida a proposta de conectar os geradores aos agricultores que têm interesse em adquirir o material de copa e galho para fazer compostagem ou cobertura vegetal. A ação pode promover a economia circular, ampliar diálogo e informação para promover ações, refletir sobre as possibilidades de caminho na atual conjuntura.

Destacamos neste momento o debate do coletivo vinculado ao projeto TrituraPira, formado por pesquisadores, agricultores que através da demanda para a obtenção de cobertura vegetal gerou um projeto para a separação da poda, onde os galhos pequenos e folhagens seriam enviados aos agricultores interessados para compor a cobertura vegetal dos sistemas de produção municipal.

TrituraPira

Desta forma o projeto TrituraPira visa estabelecer os processos e procedimentos para o uso do resíduo de podas de árvores na agricultura, vinculados aos processos de poda da Prefeitura, conciliando a destinação adequada de resíduos com o apoio à produção local de

alimentos saudáveis.

No evento supracitado foi destacada a construção do evento, segundo apresentado durante a SAPO, em 2022, por Júlio Tupim mostrou números do potencial que o projeto tem de aproveitar resíduos de poda hoje descartados, a partir de estimativas as podas e supressões realizadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, enviadas diretamente ao aterro sanitário, geram cerca de 4 a 6 vezes o volume anual do ecoponto. Atualmente, em 2023, foi possível verificar as primeiras ações do projeto piloto, com a aplicação em três propriedades, com a função de criar indicadores e monitorar a quantidade de resíduos necessários por hectare, nas formas de recebimento do material, o transporte e a distribuição, avaliando os melhores procedimentos para a trituração e a incorporação no solo (PIRACICABA, 2023). Neste sentido, através da articulação entre a sociedade civil e o município, o projeto vem gerando indicadores de funcionalidade.

Movimento TôAqui

Movimento social criado com o objetivo de desenvolver atividades como campanhas de conscientização, eventos culturais e políticos, debates. Em sua origem, o destaque foi, durante a pandemia da Covid-19, a arrecadação de alimentos junto à agricultura local com base ecológica para distribuição de cestas alimentares “verdes” para as comunidades carentes do município. Neste sentido, são realizadas regularmente atividades nesses locais para concretização das demandas locais, especialmente aquelas que possam representar combate à insegurança alimentar.

A Associação Comunitária, Cultural, Educacional e Política Casa Do Hip Hop de Piracicaba é um ponto de arrecadação e distribuição de doações na cidade, espaço que também articula uma horta coletiva e foi sede da maioria das ações da SAPO em 2022. As doações são entregues a famílias em situação de vulnerabilidade das comunidades Paulicéia, Portelinha, Renascer, Santa Fé, Bosque dos Lenheiros, Parque dos Sabiás e Jardim Monte Rey.

Nheengatu

Em âmbito acadêmico destacamos as atividades do Nheengatu: Núcleo de Agroecologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, composto por grupos de extensão, fundado em 2010, atuando nas temáticas de agricultura orgânica, comercialização alimentar, consumo sustentável, agricultura familiar, resíduos orgânicos, sistemas agroflorestais, extensão rural e reforma agrária.

Essas articulações alimentam a tese sobre a multiplicidades de formas de atuações agroecológicas no município, o que permite evidenciar grande interação entre os grupos visando fortalecer o debate sobre o tema. Essa multiplicidade de ações demonstra as crescentes articulações em torno da agroecologia e suas possibilidades de cada uma à sua maneira, ampliar o alcance da agroecologia no município.

5. Reflexões sobre possibilidades de agroecologização do município

Neste tópico final iremos construir algumas relações entre as políticas e ações municipais. Em nível nacional estadual temos políticas e decretos que favorecem a agroecológica, esses dispositivos foram indicadores para a construção das políticas municipais. Como apresentado por Altieri (2012), Norder et al (2016), a agroecologia se articula de múltiplas formas, no nosso caso de estudo a prática social, enquanto movimento social e do alinhamento das políticas públicas suscitaram nesse crescimento de políticas.

Assim, o primeiro ponto que podemos observar é uma crescente de ações em torno da agroecologia no município, cuja articulação envolve agricultores e agricultoras, membros da secretaria e de pessoas envolvidas com a pauta agroecológica. Demonstrando que o movimento

é possível e gera múltiplas ações com potencial para serem expandidas.

Dentro daquilo que tivemos disponível, participação nos eventos, reuniões com a secretaria e espaços de comercialização, foi possível verificar que existe uma ampliação das ações em prol da agroecologia desenvolvidas em diversas áreas de atuação, como a comercialização, formação educativa e espaços de trocas de saberes, atuação da sociedade civil e consolidação de políticas públicas e projetos de apoio ao agricultor.

Embora nosso objetivo seja sistematizar o desenvolvimento das políticas públicas e as ações da sociedade civil relacionadas ao fortalecimento da agroecologia no município, ação concluída no tocante deste artigo. No que tange a avaliação dos resultados, nosso primeiro indicador é a ausência de dados municipais, a carência de informações dificulta as análises de conjuntura sobre a construção da agroecologia no município. É notório que diversas ações em favor da agroecologia têm sido construídas e desenvolvidas no município, embora algumas estejam em fase de consolidação, é imprescindível que haja um esforço para mensurar seu impacto, aspectos políticos e dificuldades.

Dentre as ações sugeridas pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2018, foi possível observar a articulação da lei municipal que direciona parte dos recursos públicos municipais da alimentação, neste caso relacionado são Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) através da Lei nº 9.826 (2022); as ações de assistência técnica voltada a produtores familiares, principalmente através do Conecta Rural e cursos oferecidos pela SEMA; a criação do Selo para o reconhecimento dos produtos locais relacionada a Lei nº 9.769 (2022). O apoio a prefeitura a SAPO a implementação da Feira Vegana e Agroecológica, que a princípio não previa o primeiro grupo, porém as pautas em prol da sustentabilidade e o respeito ao ambiente integraram esses grupos.

Dentro do Plano Plurianual, as ações impulsionadas foram relacionadas a patrulha agrícola, manutenção das estradas e, assim como apresentado pelo plano municipal, a política de abastecimento alimentar, Selo e a cozinha experimental. Observa-se a demanda pela criação do plano de ação coletivo para impulsionar a produção orgânica e agroecológica local, como previsto pela Lei nº 9.682 (2021), visto que os estudos de Oliveira, Gandara e Khatounian (2021) corroboram com essa demanda, porém com atenção ao fortalecimento e ampliação da comercialização. A construção de políticas municipais para a compra pública de alimentos, fortalecimento e diversificação das feiras constituem ações de apoio financeiro, porém é essencial que se construam indicadores que demonstrem o potencial de financiamento entre os agricultores agroecológicos e aqueles com interesse e aptidão para a transição.

Por fim o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana fomenta as atividades de produção agrícola, através de hortas urbanas ou hortas coletivas principalmente relacionadas a Casa do Hip Hop. Porém em entrevista com os agricultores foi notória a demanda por políticas que oportunizem os agricultores urbanos e periurbanos para ampliarem os canais de comercialização, muitas vezes centrados apenas no bairro onde a horta está localizada.

Assim, os pontos não abordados no levantamento das ações, mas que merecem atenção do município são destinados aos agricultores em área urbana e periurbana, assegurando a produção agroecológica e garantia de comercialização, principalmente através do estreitamento dos laços entre produtores organizados e consumidores, fomentando os circuitos curtos de comercialização. Além da criação de banco de sementes crioulas e plantas alimentícias não convencionais (PANC).

Enquanto as articulações dos movimentos sociais, a SAPO tem uma função de espaço de articulação e integração entre os atores envolvidos com a agroecológica. Essas integrações demonstram o fortalecimento de suas ações como a exemplo de TrituraPira que foi divulgado e apoiado pelos presentes no evento, ampliando e fortalecendo a pauta dentro do município. Outro exemplo é o Movimento TôAqui que constrói uma ponte entre os agricultores

agroecológicos, as comunidades carentes e ainda articula a construção de hortas comunitárias ou individuais na comunidade, conforme a demanda dos moradores. Cujos impactos podem ser apresentados principalmente no fortalecimento de uma proposta de produção agroecológica que se distancia da monocultura da cana e favorece a preservação do ambiente natural, dos saberes tradicionais, além da geração de renda locais

É importante mencionar que entre os atores envolvidos, estes de articulam em diferentes pautas, como mencionado o movimento é recente e alguns atores são fundamentais para a construção da pauta agroecológica. Desta forma é de suma importância que as pautas sejam enraizadas para que suas ações não se resumem a uma gestão da secretaria e a construção de uma cultura agroecológica no município para que se torne parte dos debates e reflexões comuns aos cidadãos. Ações para superar esses desafios são essenciais para o enraizamento de uma proposta que seja capaz de agroecologiar o município.

A pesquisa assim permitiu evidenciar o crescimento da temática agroecológica na esfera pública em parceria com a sociedade civil, envolvendo as ações municipais aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): 1 (Erradicação da pobreza), principalmente nos programas de aquisição de alimentos municipais e na atuação do Movimento TôAqui garantindo o acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade nutricional; 2. (Fome zero e agricultura sustentável) ao considerar a promoção da agroecológica e de uma produção que favorece a agricultura de base familiar sustentável; 12 (consumo e produção responsável) na construção do Selo Local de produção e na articulação das feiras que possibilitam a comercialização em circuitos curtos; e por fim a ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) Articulada na busca pela agroecologização do município e para a construção de um território mais inclusivos, seguros, resiliente e sustentável (ONU, 2024).

6. Considerações finais

Nossos achados dialogam com o crescimento debate sobre a agroecologia no município, notoriamente a partir de 2019 com destaque para sua associação com o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), para a promoção da Semana de Agroecologia e a Feiras Véganas e Agroecológicas.

Este artigo buscou apresentar as políticas e ações municipais relacionadas à agroecologia, destacando a influência de políticas nacionais e estaduais. Observa-se um aumento das atividades agroecológicas no município, envolvendo agricultores, membros da secretaria e outros interessados. As iniciativas incluem programas de apoio aos agricultores familiares, criação de selos para produtos locais, e feiras agroecológicas além dos movimentos sociais, como a SAPO, desempenham um papel importante na articulação e fortalecimento das práticas agroecológicas.

Enquanto desafios para o desenvolvimento rural regional, na construção de um caminho agroecológico, observamos a demanda por ações que sejam múltiplas e capazes de abranger diversas áreas da produção e comercialização dos alimentos agroecológicos em âmbito local.

No entanto, há dificuldades em avaliar o impacto e os resultados dessas ações devido à falta de dados municipais. Além disso, é necessário um enraizamento mais profundo das práticas agroecológicas no município, e ações futuras incluem a implementação de políticas municipais de agroecologia e produção orgânica. Esperamos que essa trajetória possa fornecer caminhos para a construção da agroecologia do local para o Global, considerando sempre as características de cada território e seus saberes locais.

Referências

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a edição ed. 400p. Expressão Popular, 2012.
- BARRETO, Alberto G. O. Pereira; SPAROVEK, Gerd; GIANNTTI, Mariana. **Atlas Rural de Piracicaba**. Piracicaba: IPEF, 2006. Disponível em: http://www.ipef.br/publicacoes/atlasrural/Atlas_Rural_de_Piracicaba_2006.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2024.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Junqueira. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Porto Alegre, RJ, v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005. DOI: 10.1590/s1413-81232007000400030. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288882472_Aprendendo_a_entrevistar_Como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais. Acesso em: 6 de novembro de 2023.
- BRASIL. Lei no 10.831 de 23 de dezembro de 2003. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em 15 de janeiro de 2024.
- BRASIL. Decreto no 7.794 de 20 de agosto de 2012. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/998#:~:text=7.794%2C%20de%2020%20de%20agosto%20de%202012&text=Abstract%3A,de%20Agroecologia%20e%20Pro%20du%20%C3%A7%C3%A3o%20Org%C3%A2nica>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.
- COMDER, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável 2019 – 2022**. Piracicaba, 2019. Disponível em: <http://planorural.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Municipal-de-Desenvolvimento-Rural-Sustentável-2019.pdf>. Acesso em 19 de dezembro de 2023.
- DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: **Agroecologia**: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós Edições, 2013. p. 139–170.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-. **Piracicaba** (SP) | Cidades e Estados | IBGE. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/piracicaba.html>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000300007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 12 de dezembro de 2023.
- NIEDERLE, Paulo André; SABOURIN, Eric; SCHMITT, Claudia Job; PETERSEN, Paulo. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**. p. 270–291, 2019. DOI: 10.17058/redes.v24i1.13035. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13035>. Acesso em 18 de março de 2024.
- NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia. Polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 1–20, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/GT6NdZtCCxhBmQTXccc8H6y/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 12 de março de 2024.
- OLIVEIRA, Daniel A. M.; GANDARA, Flávio Bertin; KHATOUNIAN, Carlos Armênio. Tipificação de hortas urbanas comerciais no município de Piracicaba-SP e entraves para sua conversão ao manejo orgânico. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 185–194, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rbas/article/view/11876/6693>. Acesso em: Acesso em 13 de março de 2024.

2024.

ONU. Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 02 de abril de 2024.

PIRACICABA. Leis Complementares no 241 de 29 de setembro de 2009. 2009. Disponível em:

<https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/LeisComplementares/241#:~:text=Ementa%2FAssunto%3A%20Alter%20dispositivos%20da,disciplinam%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio%20Municipal%E2%80%9D>.

Acesso em 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Lei no 8.963 de 26 de junho de 2018. 2018 b, p. 1–3. Disponível em: <http://planorural.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Lei-Ordin%C3%A1ria-8.963-2018-Varej%C3%B5es-Municipais-1.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

PIRACICABA. Decreto Municipal no 18.014 de 12 de setembro de 2019. 2019a. Disponível em: <http://planorural.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Decreto-Municipal-18.014-2019-Regulamenta-os-Varej%C3%B5es-Municipais.pdf>. Acesso em 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Lei complementar no 450. 2019b, 1, p. 61. Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/plano-diretor-de-desenvolvimento-de-piracicaba/>.

Acesso em: Acesso em 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Plano Plurianual. 2019c. Disponível em: <http://www.financas.piracicaba.sp.gov.br/plano+plurianual+ppa.aspx> Acesso em: 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Lei no 9.682 de 17 de dezembro de 2021. 2021 a. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/LeisOrdinarias/9682/Arquivos/2>. Acesso em: Acesso em 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Sema promove 1o Encontro Conecta Rural na segunda, 25/10, no espaço do Varejão da Paulista. 2021b. Disponível em: <https://piracicaba.sp.gov.br/noticias/sema-promove-1o-encontro-conecta-rural-na-segunda-25-10-no-espaco-do-varejao-da-paulista/>.

Acesso em 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Lei no 9.769 de 23 de agosto de 2022. 2022a. Piracicaba. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/LeisOrdinarias/9769>. Acesso em 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Lei no 9.826 de 13 de outubro de 2022. 2022 b. Disponível em: <https://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/arquivo?Id=517111>. Acesso em 13 de março de 2024.

PIRACICABA. Lei nº 9.945, de 30 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/LeisOrdinarias/9945> Acesso em 03 de abril de 2024.

PIRACICABA. Sema participa do Tritura Pira, na Casa do Hip Hop de Piracicaba. 2023. Disponível em: <https://piracicaba.sp.gov.br/noticias/sema-participa-do-tritura-pira-na-casa-do-hip-hop-piracicaba/> Disponível em: Acesso em 13 de março de 2024.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 50.807, de 18 de maio de 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50807-18.05.2006.html> Acesso em 3 de abril de 2024.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei no 16.684, de 19 de março de 2018. 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de,PEAPO%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 3 de abril de 2024.

SÃO PAULO, (ESTADO). Protocolo de Transição Agroecológica. 2022, p. 1–13. Disponível

em:

https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_estadual/leg_est_resolucoes/Resol-cjta-SAA-SIMA-SJC-01-2022_Certificado_Transicao_Agroecologica_estimulo_Agroecologia_Producao_organica.pdf.

Acesso em 3 de abril de 2024.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. História Oral, [S. l.], v. 5, p. 9–28, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em 12 de dezembro de 2023.